



*[Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'F', 'J', 'A', 'P. Klein', 'M', and 'J']*

**ACTA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA  
DO  
CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL  
E DO  
CONSELHO JURISDICIONAL**

(Triénio 2004/2007)

Aos dezanove dias do mês de Julho de dois mil e cinco, às quinze horas, reuniram em conjunto, o Conselho Directivo Nacional (CDN) e o Conselho Jurisdicional (CJ) da ORDEM DOS ENGENHEIROS, na Sede da Ordem, sita na Avenida Sidónio Pais, 4-E, em Lisboa.

Estiveram presentes a esta reunião os Srs. Engenheiros seguintes:

Fernando Ferreira Santo (Bastonário, que presidiu)

Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo (Vice-Presidente)

Pedro Manuel Osório Sena da Silva (Vice-Presidente)

Gerardo José Saraiva de Menezes (Presidente do CDRN)

Fernando Manuel de Almeida Santos (Secretário do CDRN)

Celestino Flório Quaresma (Presidente CDRC)

Valdemar Ferreira Rosas (Secretário CDRC)

Paulo Emídio de Queiroz Lopes Reis (Presidente do CDRS)

Nemésio João Barbosa Alvarez Sanches (Secretário CDRS)

João Manuel Vaz Lopes (Secretário-Geral)

Maria Otilia Pires Caetano (Presidente CJ)

Aristides Guedes Coelho (membro do CJ)

António A. Liberal Ferreira (membro do CJ)

Assistiu à reunião o Dr. Fernando Duarte, Director de Serviços do CDN, que elaborou a presente acta.

**ORDEM DE TRABALHOS**

Foi aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Recurso nº 1/2005, interposto pelo Sr. Eng. João Ruas Moreira, da pena de censura registada aplicada pelo Conselho Disciplinar da Região Norte, no processo nº 1/2004.
2. Condições de exercício dos mandatos pelos Membros Eleitos.
3. Criação de secções na *Ingenium* e Portal, sobre deontologia e disciplina na Ordem.
4. Participação do Conselho Jurisdicional na revisão do Estatuto da Ordem.



Handwritten signatures and initials, including a large 'M' and 'S' on the right margin.

## 2 - Condições de exercício dos mandatos pelos Membros Eleitos

A pedido do Sr. Bastonário a Sra. Engenheira Maria Otilia Caetano e o Sr. Engenheiro Guedes Coelho expuseram as razões que levaram o CJ a solicitar uma reunião conjunta com o CDN sobre este assunto.

Estes explicaram que, na origem do pedido de reunião, estava o facto de o Sr. Engenheiro António Viana da Fonseca, Coordenador do Conselho Regional do Colégio de Engenharia Civil da Região Norte no mandato anterior, não se ter conformado com a recusa de pagamento pelo actual Conselho Directivo daquela Região, de avaliações de estágios da sua especialidade, por si efectuados ainda no decorrer do mandato anterior.

O Conselho Directivo da Região Norte (CDRN) fundamentou a sua recusa de pagamento com base na norma contida no nº 2 do artigo 41º do Estatuto da Ordem, que estabelece que "Pelo exercício dos mandatos não cabe qualquer remuneração" e no nº 1 do artigo 24º do Regulamento de Estágios, que determina que a avaliação dos estágios compete aos Conselhos Regionais dos Colégios.

Face a tal recusa o Sr. Engenheiro Viana da Fonseca dirigiu uma carta ao Gabinete Jurídico da Região Norte, solicitando um parecer sobre o assunto. Nessa mesma carta, expende considerações sobre pagamentos de avaliações anteriores e documentos de suporte dos mesmos.

O CDRN decidiu, então, remeter o assunto ao Conselho Jurisdicional, visto ele dizer respeito a ex-dirigentes da Ordem.

O CJ desenvolveu diversas diligências, quer junto do Sr. Engenheiro Viana da Fonseca no que concerne ao seu caso, quer junto de órgãos da Ordem, neste caso, procurando saber qual era a prática no caso das avaliações de estágios e em casos similares.

Por outro lado, tendo tomado conhecimento de que tinham sido pedidos diversos pareceres jurídicos sobre a matéria, solicitou que tais pareceres lhe fossem enviados, o que veio a suceder em Maio, p.p..

Na sua reunião de 5 do corrente mês de Julho, o CJ deliberou emitir o seu parecer sobre o assunto, que figura como anexo 2 à presente acta.

No parecer, que no entender do CJ não deve ser visto como um parecer de ordem jurídica, o CJ considera que "A avaliação dos estágios é uma das funções do Conselho Regional de Colégio ...(artigo 24º do Reg. Estágios aprovado na Assembleia de Representantes de 16.3.02, fazendo, pois, parte do objecto do mandato desse órgão regional". Assim, considerou "...correcta a posição de recusa de pagamento pelo actual CDRN.." e conclui que, tratando-se de uma "...prática institucionalizada e sem consciência da sua ilicitude, isto é, sem culpa, fosse na sua vertente de dolo ou negligência, juízo de imputação que constitui a base de qualquer infracção disciplinar", se deveria arquivar o expediente.

Posto o parecer em debate pelo Sr. Bastonário, gerou-se consenso quanto à sua conclusão final, isto é, que o expediente seja arquivado.

Quanto às condições de exercício do mandato pelos eleitos, em que se pronunciaram quase todos os membros do CDN e do CJ, o Sr. Bastonário, abrindo o debate, solicitou aos presentes que não



cy.  
g

deixassem de se pronunciar sobre o que consideram ser o mandato, qual o seu âmbito, quais as funções que são exclusivas do membro eleito; e, também, quais as consequências para a Ordem e sua gestão, das conclusões a que se chegar. Perguntou se não se justificaria a elaboração de um regulamento interno sobre a distribuição de estágios pelos avaliadores.

O Sr. Engenheiro Feyo de Azevedo disse que, face às dúvidas levantadas, não têm sido efectuados pagamentos das avaliações de cursos submetidos à acreditação. Pensa que os pagamentos não são ilegais; se fossem ilegais, *tout court*, não se faziam. As acções desenvolvidas pelas Comissões de Acreditação e Júris de Exames não se devem compreender nas acções do mandato, até porque podem ser feitas por não eleitos. Na sua opinião, era preciso fazer uma separação o mais rigorosa possível entre o que deve ser entendido como exercício do mandato e o que deve entender-se estar fora do mesmo. Lembrou que há tarefas que não podem ser delegadas e essas, certamente, serão exercício do mandato; porém, outras há que são delegáveis, como são os casos da acreditação de cursos e dos exames de admissão, que são os que conhece melhor. Perguntou se devem todas as tarefas delegáveis ser consideradas exercício do mandato? Embora respeite o parecer da Dra. Teresa Melo Ribeiro e o princípio da transparência, que ela invoca, pensa que não há qualquer falta de transparência em se pagar aos eleitos, trabalho que não está incluído no mandato. Por outro, lembrou que, desde que se iniciaram os procedimentos de acreditação, há mais de dez anos, e os exames de admissão, que a regra tem sido levar em conta os princípios da justiça e da equidade, pagando-se como prestação de serviço o trabalho levado a efeito nas Comissões de Acreditação e nos Júris de Exames, quer a eleitos quer a não eleitos. Recordou que os pagamentos de prestação de serviços nas áreas que agora parecem estar em causa, têm retorno através das receitas provenientes dos respectivos candidatos ou das escolas. Acrescia que, tendo em conta uma prática que vem de, há pelo menos dez anos, e numa altura em que se pretende reduzir para 6 a 8 meses o tempo de acreditação de um curso, gorar legítimas expectativas poderá ter efeitos negativos no desenvolvimento da Ordem.

O Sr. Engenheiro Almeida Santos disse que, ele próprio, fazia apreciação de estágios da sua especialidade, a pedido do Coordenador Regional do Colégio de Civil da Região Norte. Como é membro eleito, embora de outro órgão, não cobrava à Ordem qualquer pagamento por aquele trabalho. Na sua opinião a dúvida estava na questão da transparência. Por si nada cobrará. Trata-se de uma questão de consciência. Por outro lado, entende que, se pode haver avaliadores fora dos eleitos, também pode a avaliação de estágios ser feita por eleitos de outros órgãos.

O Sr. Engenheiro Sena da Silva é de opinião que há que distinguir entre o que é função e o que é trabalho, isto é, se as tarefas que os eleitos estão num dado momento a realizar se integram na sua função, não são delegáveis, então admite que, face ao Estatuto, não sejam remuneradas; mas, se o eleito desempenhar tarefas que extravasem aquilo que é ou possa ser o conteúdo da sua função, então não há qualquer justificação para não ser remunerado. A análise dos estágios é um exemplo, mas outros há, do segundo caso, nomeadamente na área do CAQ. Os órgãos de gestão da Ordem, não podem deixar de ter em vista o seu desenvolvimento e, apesar de o Estatuto necessitar de ser revisto, não lhe parecia que, neste caso, ele constituísse um obstáculo intransponível, assim se faça uma interpretação correcta das normas que estão agora em causa.



Handwritten signatures and initials, including "A. Reis" and "J. Reis".

Aliás, convinha não esquecer que, mesmo no caso dos eleitos em desempenho de funções, como era o caso dos que, naquele momento, estavam naquela reunião, alguém estaria a pagar para poderem ali estar: as empresas onde trabalhavam ou o Estado, ou mesmo os próprios quando no exercício da profissão liberal ou de empresários, pois "não há almoços grátis".

O Sr. Engenheiro Gerardo Saraiva afirmou que os eleitos quando aceitaram os cargos sabiam, certamente, que vinham para trabalhar. O cargo que desempenha dá-lhe muito trabalho. Entendia que, em caso de dúvida, não se deveria favorecer o eleito. Aliás, coisa idêntica deveria acontecer nos pedidos dos eleitos nas subidas de qualificação profissional. Por outro lado, os eleitos têm direito às despesas que efectuam para cumprir os seus mandatos, coisa que não sucede com quem não é eleito. Assim, só estes é que têm de ser pagos através de verbas destinadas à prestação de serviços. Dentro desta linha, entende que os membros dos Colégios e do CAQ não devem ser remunerados. Por outro lado, não encontrou nenhuma deliberação dos órgãos de gestão da Ordem, onde esteja estabelecido este tipo de pagamentos. Quanto aos pareceres dos juristas concordava apenas com o das Dras. Teresa Melo Ribeiro e Sara Reis. Sobre o parecer do CJ entende que não deve haver remuneração no exercício do mandato; quanto ao resto concorda. O Sr. Engenheiro Paulo Reis disse que na Região Sul tem havido dificuldades em encontrar Colegas que assumam a análise dos estágios; embora alguns inicialmente desempenhem tal tarefa, passado algum tempo não querem continuar; outros, assumem o compromisso, mas depois não o cumprem. Quanto à distribuição dos estágios o CDRS tem tido a preocupação de dar instruções para que ela seja criteriosa. Informou que, de há uns meses a esta parte, estão suspensos este tipo de pagamentos aos eleitos que fazem avaliações de estágios na Região Sul. Porém, corria o risco de não poder assegurar o desenvolvimento destas tarefas se esta situação não fosse desbloqueada, pois na sua Região são analisados de 800 a 1000 estágios por ano. Quando, há mais de sete anos, veio para o Conselho Directivo da Região Sul já se pagavam as análises dos estágios aos respectivos avaliadores, não se distinguindo entre eleitos e não eleitos. Aliás, dos cinco pareceres jurídicos distribuídos, apenas um considera que não deve haver pagamentos por prestação de serviços dos eleitos, em homenagem ao princípio da transparência, mas, apontando para o pagamento de ajudas de custo. O consultor jurídico da Região Sul e três outros juristas entendem que o trabalho de análise dos estágios deve ser considerado trabalho especializado, nos termos dos artigos 1156º e 1158º do Código Civil. Acrescentou que, a avaliação dos estágios é apenas uma vertente deste problema, pois na Região Sul realizam-se vários cursos de ética e deontologia por ano e há também que pagar aos respectivos formadores. Também aqui, se não puder pagar aos eleitos, além de considerar uma injustiça, terá dificuldades em explicar por que deixou de ser tal trabalho remunerado. Alertava, por isso, os presentes para que se não deixasse de reflectir nas eventuais consequências de uma interpretação descontextualizada das normas estatutárias e regulamentares, que poderia constituir um travão muito forte ao desenvolvimento da Ordem, competindo sobretudo aos órgãos de gestão dar respostas adequadas.

O Sr. Engenheiro Nemésio Sanches referiu que, antes de ser Secretário do Conselho Directivo da Região Sul, tinha sido Coordenador do Conselho Regional do Colégio de Engenharia Electrotécnica. Nessa qualidade, analisou e avaliou quase todos os estágios de electrotécnica e



dy.  
8

nada recebeu. Para quem não soubesse, esclareceu que são tarefas que dão muito trabalho. Nos relatórios dos estágios formais e curriculares, além da análise do mesmo, é, com frequência, necessário chamar o estagiário mais do que uma vez, para entrevistas e pedidos de esclarecimento. Nos formais, por vezes, é também preciso chamar o patrono/orientador do estagiário para dar esclarecimentos sobre a prestação do estagiário. Um relatório de estágio pode, assim, ter de ser analisado diversas vezes. Tal ocupa muito tempo e dá muito trabalho. Depois de todos estes anos de trabalho ininterrupto na Ordem, começou a perceber que não é mais possível exigir que estes e outros trabalhos sejam prestados sem remuneração; aliás mesmo pagando, há dificuldades em encontrar quem o pretenda fazer. Sobre o Regulamento de Estágios pensa que onde está avaliar (artigo 24º, nº 1) deveria estar validar, tornando assim mais clara a distinção entre análise/avaliação e a validação que é função dos CRC. Concluindo, entendia que se deveria ponderar cuidadosamente as decisões que tivessem de ser tomadas.

O Sr. Engenheiro Guedes Coelho disse que admitia que se distinguisse o que era análise de estágios e avaliação de estágios. No seu entender a avaliação nunca poderá deixar de ser feita pelo Conselho Regional de Colégio que é um órgão da Ordem; porém, a análise dos estágios poderia ser feita em iguais condições por qualquer membro efectivo da Ordem, categorizado para o efeito. Os regulamentos devem ajustar-se à realidade. Acrescentou, em jeito de conclusão, que, sobretudo, não lhe parecia razoável que os eleitos pudessem fazer as análises de estágios que bem entendessem, pois que tal poderia levar a um desvirtuamento do mandato.

Às 17h00 o Sr. Engenheiro Guedes Coelho teve que deixar a reunião, em virtude de compromissos assumidos no Porto, que o obrigavam a lá estar antes das 19h30.

O Sr. Engenheiro Celestino Quaresma afirmou que é conhecida a sua opinião, de que certos cargos na Ordem deveriam ser remunerados, principalmente os que são muito absorventes ou têm uma componente técnica acentuada. Concordava que haveria que distinguir entre o que é função e o que é trabalho. Por função, entendia o que não podia ser executado por outro que não tivesse sido eleito; trabalho seria o resto, neste se incluindo os exames, análise de estágios, creditações, acórdãos, ética e deontologia. Entendia que deveria ser elaborado um regulamento, onde ficasse determinado o que era e o que não era mandato. Quanto à avaliação dos estágios, esclareceu que foi o primeiro Coordenador do Colégio de Civil da Região Centro, sabendo, por experiência própria, o trabalho que dá a análise e a avaliação dos mesmos; por exemplo: não dá para avaliar 30 estágios numa semana. Ao anúncio de criação de uma bolsa para avaliadores de estágios na Região Centro, recebeu respostas muito encorajantes. Assim, embora na sua Região não haja pagamentos aos eleitos, não discorda que tal se faça, pois pagar a uns e não pagar a outros, pode inculcar nos eleitos, que já desempenham outras funções não remuneradas na Ordem, sentimentos de injustiça. Do mesmo modo, no caso das creditações de cursos em que as Comissões de Acreditação fazem análises do carácter científico e tecnológico de uma licenciatura, competindo ao CAQ validar os relatórios que vieram dessas Comissões. Quanto ao Regulamento dos Estágios, ele pode ser modificado através da convocação de uma Assembleia de Representantes para o efeito. O Estatuto deve ser interpretado de modo a não prejudicar o desenvolvimento da Ordem.



1-6  
des.  
M  
tr

A Sra. Engenheira Maria Otilia Caetano disse que o CJ havia feito e apresentado ao CDN o seu parecer, tendo em vista o caso específico supra referido, que lhe foi enviado pelo Conselho Directivo da Região Norte. Compreendia as razões dos que defendem que, certos cargos, deveriam ser remunerados. Aliás, além dos casos citados no decorrer da reunião, lembrou que, no caso do CJ e dos Conselhos Disciplinares, os seus membros analisam processos e elaboram relatórios e outras peças processuais de carácter técnico, que requerem estudo, nomeadamente de ordem jurídica, e absorvem muito tempo. Muito mais, aliás, do que alguma vez pensou ao aceitar os cargos. Assim, face ao Estatuto, é de opinião que não deve haver remunerações aos eleitos. No entanto, entende que poderia haver uma compensação, estando previsto no Estatuto do Membro Eleito (artigo 9º, alínea i) o direito a senhas de presença. Tal não ofende a norma do nº 2 do artigo 41º do Estatuto.

Às 17h45 a Sra. Engenheira Maria Otilia Caetano teve de se retirar, em virtude de compromissos assumidos em Castelo Branco, que a obrigavam a não poder permanecer mais tempo nesta reunião.

O Sr. Engenheiro Liberal Ferreira é de opinião que se deveriam pesar todos os prós e os contras na decisão que vier a ser tomada sobre o exercício dos cargos. Entendia que se justificaria a alteração dos regulamentos actuais, ou mesmo a elaboração de um regulamento próprio sobre o exercício dos cargos.

Face a todo este debate, não tendo sido possível obter o consenso de todos os presentes, o Sr. Bastonário propôs a criação de um Grupo de Trabalho (GT), no âmbito do CDN, que, na próxima reunião a realizar em Setembro, deverá apresentar um relatório ou um projecto de regulamento sobre este assunto, nomeadamente, elencando o que possa ser entendido como exercício do mandato e o que possa estar fora do seu âmbito.

Tal GT será constituído pelo Sr. Engenheiro Feyo de Azevedo, que o coordenará, e por um representante de cada Região.

O Sr. Engenheiro Celestino Quaresma informou que representará a Região Centro.

O Sr. Eng. Paulo Reis informou que irá solicitar ao Engenheiro Coelho dos Santos para representar a Região Sul.

O Sr. Engenheiro Gerardo Menezes disse que terá de reunir o Conselho Directivo da Região Norte para proceder à nomeação do representante daquela Região.

O GT será assessorado pelo dr. Fernando Duarte.

### **3 – Criação de secções na Ingenium e no Portal, sobre deontologia e disciplina da Ordem**

O Sr. Bastonário deu conhecimento que o CJ lhe tinha proposto a criação na Ingenium e no Portal de secções dedicadas à deontologia e disciplina da Ordem. Considerava que tal seria importante, em especial pelo sentido pedagógico que tais inserções poderiam assumir, mas que era necessário haver materiais suficientes para alimentar tais secções, o que foi corroborado por outros membros do CDN.

O Sr. Engenheiro Liberal Ferreira disse que os Conselhos Disciplinares e Jurisdicional têm vindo, nos últimos tempos, a produzir pareceres, relatórios e acórdãos cujo conhecimento julga ser da

### **Parecer do Conselho Jurisdicional (art.º 4.º, 2.º período, do Regulamento Disciplinar)**

- Posição a tomar em sede disciplinar do CJ relativamente ao conteúdo da carta enviada a este CJ pelo CDRN subscrita pelo Eng.º Viana da Fonseca na qual refere recebimentos por membros eleitos do Cons. Reg. de Colégio da Região Norte pagos pelo respectivo CDRN por avaliação de estágios.

1. Antes de mais, clarifica-se que se não trata aqui de emitir qualquer parecer, muito menos de ordem jurídica, já que para tanto não dispomos de competência estatutária ou funcional, nesse sentido não havendo que dar qualquer resposta às questões objecto daquela missiva;

2. Vem noticiada nessa carta a prática, até ao exercício do actual CDRN, de pagamento de serviços de avaliação e emissão de parecer sobre estágios a membros eleitos do Conselho Regional de Colégio de Eng.ª Civil, concretamente do respectivo coordenador regional, Eng.º Viana da Fonseca, e seus vogais;

3. Nos termos do art.º 41.º n.º 2 do Estatuto da Ordem dos Engenheiros é proibido o recebimento de qualquer remuneração pelo exercício dos mandatos.

A avaliação dos estágios é uma das funções do Conselho Regional de Colégio (CRC) (art.º 24.º do Reg. Estágios aprovado na As. Repres. de 16.3.02), fazendo, pois, parte do objecto do mandato desse órgão regional.

Nesse sentido, os pagamentos antes efectuados de que se deu notícia foram ilegais, sendo absolutamente correcta a posição de recusa de pagamento pelo actual CDRN;

4. Serão, contudo, tais recebimentos passíveis de reacção disciplinar?

- Afigura-se-nos que não, já que se tratou – parece – de uma prática institucionalizada e sem consciência da sua ilicitude, isto é, sem culpa, fosse na sua vertente de dolo ou

negligência, juízo de imputação que constitui a base de qualquer infração disciplinar (art.º 2.º do Reg. Disc.);

5. Eis por que e ao abrigo do art.º 9.º, 2.º período, do Reg. Disc. este CJ é de parecer que deve arquivar-se o expediente.

\*

\*

*Declarar*  
*Arquivar-se o expediente*  
*Assinar*